

Termo de Referência

Contratação de consultoria especializada para pesquisa aplicada da Plataforma “JUS Amazônia”, **com foco nas CIDADES DA AMAZÔNIA LEGAL.**

Resumo

Nos últimos anos, os efeitos das mudanças climáticas e a interferência humana elevaram o grau de atenção de alterações antrópicas no meio ambiente e na saúde humana, causando danos irreversíveis na natureza e na vida dos cidadãos locais.

A consequência dessa interferência humana traz um quadro alarmante e caótico nas cidades, nas florestas e em suas fronteiras territoriais, nas regiões ribeirinhas ou nas comunidades indígenas e até em comunidades isoladas da região da Amazônia.

Essa situação local leva a questionamentos sobre as demandas locais e as necessidades de investimentos em infraestrutura ajustada às necessidades dos moradores nas florestas e cidades, com a preservação do meio ambiente, a proteção da biodiversidade e o cuidado com a saúde humana.

Os índices sociais e ambientais revelam um baixo percentual de desenvolvimento social das cidades trazida de um remanescente negativo de atendimento à população, simplesmente, levando a cabo uma condição de miserabilidade e precária saúde desses cidadãos, de cada comunidade ou grupo local, nas cidades e na floresta.

Diante do contexto de um sistema complexo de solução de problemas de atendimento primário de infraestrutura e atendimento a essa população das cidades amazônicas é fundamental um mapeamento dos locais mais vulneráveis, indicando suas necessidades urgentes e demandas, para a ação estatal, na região da Amazônia Legal.

A partir da hipótese de ausência e omissão estatal de atendimento a população, inclusive do poder judiciário com relação às ações civis públicas judicializadas (<https://www.jusamazonia.com.br/>), seja para prover políticas públicas, seja para resolução de conflitos, este estudo pretende demonstrar em números e categorias, o mapeamento das ações civis públicas de enfrentamento aos problemas de desmatamento, invasões, grilagens, espaços territoriais de exploração ilegal de material biológico, a rota do tráfico de fauna e flora, entre outros; na região da Amazônia Legal com foco nas Cidades.

O resultado desse estudo é relevante pela urgência de agenda prioritária de atendimento a saúde e vida das populações convivendo em um meio ambiente ecologicamente equilibrado e possíveis soluções de conflitos ambientais e fundiários na Amazônia Legal, sob um prisma global e consequente-causal de fatores determinantes de afronta aos Direitos de Defesa e Proteção da Amazônia e de seu povo, na floresta e nas cidades, desta região e zonas das fronteiras.

Objeto da contratação: Consultoria especializada para a realização de estudo dos conflitos judiciais de “**Desmatamento nas Cidades da Amazônia Legal - Ações Cíveis Públicas**”.

Contratante: Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)

Perfil do contratado: Pesquisador (a) e Advogado (a) com token da OAB.

Prazo para envio da inscrição: 20/03/2024 a 30/03/2024

Resultado da Seleção: 10/04/2024 (envio por email).

Período de contratação: 10/04/2024 a 10/08/2024.

Atividades de pesquisa: Elaboração de Metodologia Quali-Quantitativa ou outra especificada, sob o enfoque multidisciplinar e interdisciplinar visando alternativas de soluções para as cidades amazônicas. Levantamento e Análise de dados, Estudos preliminares das ações emblemáticas (critério - no mínimo 100 processos de ações cíveis públicas ou explicação dos motivos de exclusão), Relatório Preliminar da Análise dos Dados (critério - no mínimo a eleição de 8 Estudos de Caso de cada Estado da Amazônia Legal), Estudo de Caso (critério - no mínimo a eleição de 3 Estudos de Caso de Cidades dos Estados da Amazônia Legal) e Relatório final do protocolo de Pesquisa.

Entregas do Produto e fases (datas):

1º Produto: Elaboração de Metodologia Quali-Quantitativa e Cronograma de Atividades. Levantamento de Dados (mínimo 100 processos de ações cíveis públicas). Relatório Preliminar. Data de entrega: 10/05/2024.

2º Produto: Análise de Dados: estudos e relatório preliminares dos 8 Estudos de Caso de cada Estado da região da Amazônia Legal. Data de entrega: 10/06/2024.

3º Produto: Estudos de Casos (3 Estudos de Caso de Cidades dos Estados da Amazônia Legal. Data de Entrega: 10/07/2024.

Encerramento: Relatório final: Data de Entrega: 10/08/2024.

Valor do Contrato (total): disponibilidade de recursos conforme a oferta da proposta enviada pelos interessados, sob os critérios técnicos e a melhor proposta de preço.

Email para envio das inscrições: ids@idsbrasil.org

Indicar no título do email: TdR - Contratação de consultoria sobre “**TdR - Proposta Comercial para o desenvolvimento do Estudo “Desmatamento nas Cidades da Amazônia Legal - Ações Cíveis Públicas**”.

Do recurso. Não cabe recurso da decisão do processo seletivo, pela equipe, tendo em vista a análise das especificidades e currículo do perfil do candidato e deliberação interna do IDS.

Requisitos obrigatórios:

1. Formação Acadêmica:
 - 1.1. Sólida formação acadêmica na área de Direito, Direito Ambiental, Direito Urbanístico, com especialização ou pós-graduação em Mestrado em Direito ou Doutorado em Ciências Ambientais ou Direito ou Gestão Ambiental, comprovada a experiência nas áreas ambiental e urbanístico, e atuação em pesquisas jurídicas;
 - 1.2. Experiência em Projetos e produção acadêmica e profissional de estudos, artigos, textos e relatórios, mediante comprovação, em documento simples.
2. Conhecimento Técnico:
 - 2.1. Capacidade de raciocínio lógico e análise de sistemas, com a interferência e ação de propostas de soluções de problemas complexos.
 - 2.2. Excelente compreensão de levantamento de dados e análise de coleta de dados de processos judiciais, em portais de acesso à informação e serviços administrativos e jurídicos, vinculados ao escopo do projeto Plataforma JUS Amazônia, nas instâncias do Poder Judiciário, instituições públicas, órgãos nacionais e internacionais da esfera pública e administrativa, envolvendo a pauta de Justiça Climática.
 - 2.3. Familiaridade com a legislação ambiental e políticas públicas relacionadas a litigiosidade no âmbito da Justiça Climática.
 - 2.4. Preferencialmente, compreensão e uso de técnicas de Gestão Ambiental.
3. Experiência Profissional:
 - 3.1. Experiência em Planos e Estratégias de Gestão Ambiental e Cidades.
 - 3.2. Experiência prévia em projetos de consultoria ou pesquisa de “JURIMETRIA e MINERAÇÃO DE DADOS” no Brasil e/ou exterior.
 - 3.3. Experiência prévia em projetos de consultoria ou pesquisa relacionados à área ambiental e jurídica de plataformas e portais de acesso e coleta de dados de mineração das informações e consultas, por meios de interatividade digital, oferecimento de serviços, inteligência artificial e demais correlatos a área da Justiça Ambiental.
 - 3.4. Experiência em metodologias de pesquisa JURIMETRIA do Poder Judiciário.
4. Habilidades Técnicas:
 - 4.1. Capacidade de elaboração de estudos de caso e análise de dados, com descrição e aprofundamento teórico e jurisprudencial, sob a visão dos dados coletados da informação de processos do Poder Judiciário brasileiro.

- 4.2. Conhecimento em metodologias quali-quantitativas de estudos de jurimetria e aprofundamento diagnóstico, com o uso de ferramentas de mapeamento e/ou georreferenciamento de dados.
 - 4.3. Habilidades de coleta de dados, uso de ferramentas e elaboração de relatórios técnicos, conforme a orientação legal e jurídica dos pesquisadores e o livre acesso aos portais do Poder Judiciário a brasileiro.
5. Gestão de Projetos:
- 5.1. Capacidade de inserção e acompanhamento de dados de ações judiciais de Plataformas, de forma eficiente, cumprindo prazos e entregas de relatórios e produtos, conforme calendário e o orçamento.
 - 5.2. Experiência em ferramentas de Sistemas de Informação do Poder Judiciário e Plataformas digitais.
 - 5.3. Prospecção de novas ferramentas e alternativas de soluções ambientais e fundiárias para resolução de conflitos judiciais, a partir da metodologia previamente descrita pela equipe executiva e Coordenação do Projeto.

Seleção

Para participar do processo seletivo, os interessados devem enviar o assunto **“TdR - Proposta Comercial para o desenvolvimento do Estudo “Desmatamento nas Cidades da Amazônia Legal - Ações Civas Públicas”**, por email, em PDF único, até a data limite, conforme determinado no resumo deste TdR:

- **Portifólio** ou cartão de apresentação da empresa e pesquisador (a), com a indicação de CNPJ.
 - **Apresentação do proponente (1 lauda)**, com informações resumidas do currículo e da produção recente, destacando o atendimento aos itens da descrição de perfil ou Súmula Curricular no máximo de 3 laudas;
 - **Proposta Comercial dos Produtos**, com a descrição sintética descritiva das etapas, fases e forma de execução do trabalho, no máximo de 2 laudas.
- É necessário comprometimento estrito com os prazos estabelecidos no Cronograma.
 - As atividades adicionais, não previstas neste Termo de Referência, podem ser incluídas na proposta desde que justificadas, mas serão avaliadas conforme disponibilidade de recursos.
 - A **análise das propostas** levará em consideração, nessa ordem e com pesos iguais:
 1. adequação ao perfil, considerados os diferenciais desejáveis;
 2. experiências em trabalhos similares;
 3. descrição da experiência em Metodologias e Pesquisa; e
 4. proposta comercial.

Contratação

O valor do contrato será limitado à previsão orçamentária anual do projeto direcionado ao pagamento de prestação de serviços do técnicos e/ou pesquisador (Pessoa Jurídica - PJ), pelo período indicado de vigência contratual.

Remessa dos Produtos: O pesquisador deve enviar o relatório do Produto à coordenação do Projeto “JUS Amazônia”, no prazo máximo de 3 dias úteis antes da data de encerramento da entrega. A sua aprovação final dependerá de leitura e aceite da Coordenação do Projeto e Direção do Instituto Democracia e Sustentabilidade, eventual correções devolverá o prazo igual, para nova remessa e trâmite, para aprovação definitiva.

Previsão do Pagamento: O pagamento será efetuado mediante entrega de cada um dos produtos especificados neste Termo de Referência (TdR), aprovados pela Coordenação do Projeto e Direção do IDS, no prazo de até 5 dias úteis, após a conclusão de cada um deles. Serão realizadas três parcelas, conforme estabelecido nos vencimentos e prazos contratuais, no Plano de Trabalho e no Cronograma de Entregas, por meio da apresentação de notas fiscais (NFs) e de acordo com o cronograma estipulado.

São Paulo, 20 de março de 2024.

Instituto Democracia e Sustentabilidade